

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores em R\$ mil)

SUMÁRIO

I. BALANÇO PATRIMONIAL	3
II. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL	4
III. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	5
IV. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS	6
V. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	7
VII. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS	8
1. INFORMAÇÕES GERAIS	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	10
4. DISPONÍVEL	14
5. REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA	14
6. REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS	14
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	16
8. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL	17
9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA	18
10. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	18
11. PROVISÕES MATEMÁTICAS	19
11.1 Provisões de benefícios concedidos	19
11.2 Provisões de benefícios a conceder	19
12. FUNDOS	19
12.1. Fundo Administrativo	19
13. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (AJUSTES E ELIMINAÇÕES)	19
14. POLÍTICA CONTÁBIL	21
15. DE-PARA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
15.1. DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)	22
15.2. DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)	23
15.3. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)	24
16. EFEITO DO CORONAVÍRUS NA ENTIDADE	24
17. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES	25

I. BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO
Valores em R\$ Mil

ATIVO	NOTA	12/2021	12/2020	PASSIVO	NOTA	12/2021	12/2020
DISPONÍVEL	4	424	239	EXIGÍVEL OPERACIONAL	-	683	609
REALIZÁVEL		130.769	127.847	Gestão Previdencial	8	502	434
Gestão Administrativa	5	104	13	Gestão Administrativa	9	181	175
Investimentos	6	130.665	127.834				
Fundos de Investimentos		130.665	127.834	PATRIMÔNIO SOCIAL	11	132.603	129.667
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	7	2.093	2.190	Patrimônio de Cobertura do Plano		129.107	125.787
Imobilizado		2.045	2.123	Provisões Matemáticas		129.107	125.787
Intangível		48	67	Benefícios Concedidos		13.975	13.435
				Benefícios a Conceder		115.132	112.352
				Fundos	12	3.496	3.880
				Fundos Administrativos		3.496	3.880
TOTAL DO ATIVO		133.286	130.276	TOTAL DO PASSIVO		133.286	130.276

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Tabajara Francisco Pova Neto

Diretor de Benefícios Previdenciários
CPF 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC - 020.670/O-2

II. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

CONSOLIDADO

Valores em R\$ Mil

	Descrição	12/2021	12/2020	Variação (%)
	A) Patrimônio Social - início do exercício	129.667	122.882	5,52
	1. Adições	24.746	32.550	(23,98)
(+)	Contribuições Previdenciais	14.573	16.037	(9,13)
(+)	Portabilidade	137	723	(81,05)
(+)	Indenização de Riscos Terceirizados	2.455	-	100,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.918	13.313	(55,55)
(+)	Receitas Administrativas	1.593	2.255	(29,36)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	70	222	(68,47)
	2. Destinações	(21.810)	(25.765)	(15,35)
(-)	Benefícios	(2.388)	(2.389)	(0,04)
(-)	Resgates	(7.712)	(7.526)	2,47
(-)	Portabilidades	(667)	(186)	258,60
(-)	Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(3.792)	-	100,00
(-)	Outras Destinações	-	(3.494)	(100,00)
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	(5.204)	(9.964)	(47,77)
(-)	Despesas Administrativas	(1.938)	(2.034)	(4,72)
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	(107)	(171)	(37,43)
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(2)	-	100,00
	3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	2.936	6.785	(56,73)
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.320	6.513	(49,03)
(+/-)	Fundos Administrativos	(384)	272	(241,18)
	B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3+4+5)	132.603	129.667	2,26

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente

CPF 394.484.441-68

ICSS ADM EA01429

ICSS Investimentos EI08125

Tabajara Francisco Pova Neto

Diretor de Benefícios Previdenciários

CPF 624.403.221-72

ICSS ADM EA08719

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora

CPF 099.042.802-82

CRC/SC - 020.670/O-2

III. DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)

Valores em R\$ Mil

	Descrição	12/2021	12/2020	Variação (%)
	A) Ativo Líquido - início do exercício	125.787	119.273	5,46
	1. Adições	17.819	20.115	(11,41)
(+)	Contribuições	14.573	16.043	(9,16)
(+)	Portabilidade	137	723	(81,05)
(+)	Indenização de Riscos Terceirizados	2.455	-	100,00
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	714	3.349	(78,68)
	2. Destinações	(14.559)	(13.601)	7,04
(-)	Benefícios	(2.388)	(2.389)	(0,04)
(-)	Resgates	(7.712)	(7.526)	2,47
(-)	Portabilidade	(667)	(186)	258,60
(-)	Repasse de Prêmio de Riscos Terceirizados	(3.792)	-	100,00
(-)	Custeio Administrativo	-	(6)	(100,00)
(-)	Outras Destinações	-	(3.494)	(100,00)
	3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	3.320	6.514	(49,03)
(+/-)	Provisões Matemáticas	3.320	6.514	(49,03)
	B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3+4+5)	129.106	125.787	2,64
	C) Fundos não previdenciais	3.496	3.880	(9,90)
(+/-)	Fundos Administrativos	3.496	3.880	(9,90)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente

CPF 394.484.441-68

ICSS ADM EA01429

ICSS Investimentos EI08125

Tabajara Francisco Pova Neto

Diretor de Benefícios Previdenciários

CPF 624.403.221-72

ICSS ADM EA08719

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora

CPF 099.042.802-82

CRC/SC - 020.670/O-2

IV. DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)

Valores em R\$ Mil

Descrição	12/2021	12/2020	Variação (%)
1. Ativos	133.106	130.100	2,31
Disponível	411	150	174,00
Recebíveis Previdencial	3.546	3.880	(8,61)
Investimento	129.149	126.070	2,44
Fundos de Investimentos	129.149	126.070	2,44
2. Obrigações	503	434	15,90
Operacional	503	434	15,90
3. Fundos Não Previdenciais	3.496	3.880	(9,90)
Fundos Administrativos	3.496	3.880	(9,90)
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	129.107	125.787	2,64
Provisões Matemáticas	129.107	125.787	2,64

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente

CPF 394.484.441-68

ICSS ADM EA01429

ICSS Investimentos EI08125

Tabajara Francisco Povia Neto

Diretor de Benefícios Previdenciários

CPF 624.403.221-72

ICSS ADM EA08719

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora

CPF 099.042.802-82

CRC/SC – 020.670/O-2

V. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

PGA CONSOLIDADO

Valores em R\$ Mil

Descrição	12/2021	12/2020	Variação (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.880	3.608	7,54
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.662	2.477	(32,90)
1.1. Receitas	1.662	2.477	(32,90)
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	-	6	(100,00)
Custeio Administrativo dos Investimentos	384	288	33,33
Receitas Diretas	1.209	1.962	(38,38)
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	69	221	(68,78)
2. Despesas Administrativas	(1.937)	(2.034)	(4,77)
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(1.937)	(2.034)	(4,77)
Pessoal e encargos	(503)	(509)	(1,17)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(24)	(5)	380,00
Viagens e Estadias	(8)	(16)	(50,00)
Serviços de Terceiros	(647)	(625)	3,52
Despesas gerais	(566)	(650)	(12,92)
Depreciações e Amortizações	(101)	(103)	(1,94)
Tributos	(88)	(126)	(30,16)
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	(2)	-	(100,00)
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(107)	(171)	(37,43)
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(384)	272	(241,18)
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(384)	272	(241,18)
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.496	3.880	(9,90)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente

CPF 394.484.441-68

ICSS ADM EA01429

ICSS Investimentos EI08125

Tabajara Francisco Pova Neto

Diretor de Benefícios Previdenciários

CPF 624.403.221-72

ICSS ADM EA08719

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora

CPF 099.042.802-82

CRC/SC - 020.670/O-2

VII. DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ADVOGADO (Adv-PREV)

Valores em R\$ Mil

Descrição	12/2021	12/2020	Variação (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	129.610	126.221	2,68
1. Provisões Matemáticas	129.107	125.787	2,64
1.1. Benefícios Concedidos	13.975	13.435	4,02
Contribuição Definida	13.975	13.435	4,02
1.2. Benefício a Conceder	115.132	112.352	2,47
Contribuição Definida	115.132	112.352	2,47
Saldo de Contas - Parcela Participantes	115.132	112.352	2,47
4. Exigível Operacional	503	434	15,90
4.1. Gestão Previdencial	503	434	15,90

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente

CPF 394.484.441-68

ICSS ADM EA01429

ICSS Investimentos EI08125

Tabajara Francisco Pova Neto

Diretor de Benefícios Previdenciários

CPF 624.403.221-72

ICSS ADM EA08719

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora

CPF 099.042.802-82

CRC/SC – 020.670/O-2

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Fundo de Pensão Multipatrocinado da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de Goiás e da Casag – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás - OABPrevGO e CASAG ("OABPrevGO/TO" ou "Entidade") é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, nos termos do art. 35, da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Entidade foi autorizado por prazo indeterminado pela Portaria nº 329 do Ministério da Previdência Social - MPS em 01 de março de 2006.

Os recursos de que a Entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.661, de 25 de maio de 2018 e suas atualizações.

As atividades da Entidade são regulamentadas pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e são fiscalizadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar ("PREVIC") vinculada ao Ministério da Economia.

A OABPrevGO/TO possui autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo por objetivo complementar os benefícios assegurados pela previdência social oficial, sendo instituída pela OAB-GO – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Goiás, CASAG – Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás, OAB-TO – Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional do Tocantins e CAATO – Caixa de Assistência dos Advogados do Tocantins.

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com o art. 17 da IN SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, e alteradas pelas IN SRF nº 667, de 26 de julho de 2006, e art. 17 da IN RFB nº 1.315, de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

Planos de Benefícios administrados

A OABPrevGO/TO, atualmente, administra um (1) plano de benefícios, enquadrado na modalidade Contribuição Definida, inscrito no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 2006000829 mantidos pela PREVIC.

Participantes em 31.12.2021

Em 31 de dezembro de 2021, a OABPrevGO/TO contava com 4.977 participantes inscritos no Plano Fundo de Pensão Multipatrocinado da OAB-GO e da Casag, sendo 42 Assistidos, 55 Pensionistas e 4.880 ativos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração da OABPrevGO/TO e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), especificamente a Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de

2021 e Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020 e suas alterações; e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa, o fluxo dos investimentos e assistencial, proporcione informações confiáveis e mais relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis do plano de benefícios administrado pela OABPrevGO/TO e do Plano de Gestão Administrativa (PGA), e as demonstrações individuais apresentam exclusivamente os valores contabilizados em cada Plano de Benefícios. Os demonstrativos contábeis exigidos pela Resolução nº 43/2021, art. 17, são os seguintes:

- Balanço Patrimonial (Consolidado).
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada).
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (Plano de benefício).
- Demonstração do Ativo Líquido (Plano de benefício).
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada).
- Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (Plano de benefício).

As demonstrações contábeis foram apreciadas pela Diretoria Executiva em 15 de março de 2022.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Moeda de apresenta o

As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma e a moeda funcional da OABPrevGO/TO   o real (R\$).

b. Apura o do resultado

As Adi es e Destina es da Gestão Previdencial (salvo as exce es descritas no item "c" desta nota), Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Varia es Positivas e Dedu es/Varia es Negativas do Fluxo dos Investimentos são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

c. Contribui es da gestão previdencial

Os registros contábeis relativos as contribui es de participantes vinculados ao plano de contribui o definida são escrituradas com base no regime de caixa (conforme   1  do artigo 10 da Resolu o CNPC n  43, de 06 de agosto de 2021).

d. Investimentos

Cotas de Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisi es de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço divulgado pelos administradores dos respectivos fundos.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisi o líquido das respectivas deprecia es acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econ mica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da OABPrevGO/TO são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortiza o acumulada, também calculada pelo método linear, durante a

vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Salas Comerciais	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos - "Hardware"	20% (vinte por cento)
Sistemas Operacionais	20% (vinte por cento)
Desenvolvimento de Sistemas	20% (vinte por cento)

f. Depósitos Judiciais (quando ocorrer)

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente desembolsado e na existência de depósitos judiciais, estes realizáveis devem ser atualizados por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da EFPC em contrapartida a conta de resultado.

g. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

h. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a OABPrevGO/TO. A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

- **Ativos contingentes (quando aplicável):** trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes:** são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- **Obrigações legais:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.
- **Provisões:** originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações (passivo) onde há incerteza tanto ao prazo quanto ao valor.

i. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários independentes responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.

j. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisões matemáticas, provisões com demandas judiciais, entre outras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas ocasionalmente resultará em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos planos de benefícios administrados pela Entidade, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

As operações administrativas são registradas conforme Resolução CNPC nº 43, de 06 de agosto de 2021 e Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e Outras Receitas), deduzidas das despesas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Patrimônio Social.

l. Ajustes e Eliminações

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa", "Participação no Fundo Administrativo PGA" e valores a pagar e a receber entre planos.

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

m. Resumo das gestões

A OABPrevGO/TO em consonância com a instrução normativa nº 31, de 20 de agosto de 2020, detém controle segregado das gestões previdencial, administrativa e dos investimentos, a saber:

1. Gestão Previdencial

Atividade de registro e controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no art. 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como da mutação patrimonial do plano de benefícios, de caráter previdencial. O resultado do plano de benefícios previdenciários no exercício é formado pelas adições, subtraídas as deduções por pagamentos de benefícios e acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da cobertura de despesas administrativas e da constituição de provisões

matemáticas. Num plano instituído, estruturado na modalidade de contribuição definida, todo o resultado é distribuído aos participantes, por meio da constituição ou reversão de provisões matemáticas, desta forma não há formação de superávit ou déficit.

2. Gestão dos Investimentos

Referem-se ao registro e controle das aplicações dos planos de benefícios de caráter previdencial e do PGA. O resultado dos investimentos formado pelas variações positivas, subtraídas das variações negativas é transferido para as gestões previdencial e administrativa na proporção dos seus recursos garantidores investidos.

3. Gestão Administrativa

Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios, de caráter previdencial. O custeio das despesas administrativas do OABPrevGO/TO utilizou como fontes de recursos os valores correspondentes ao custeio administrativo do plano de investimentos, receitas decorrentes do rebate de taxa de comissão pela terceirização de plano de cobertura de benefícios de risco, rendimento das aplicações dos recursos do fundo e a reversão do fundo administrativo.

n. Novas práticas contábeis

A Instrução Previc nº 31/2020, publicada em 20 de agosto de 2020, alterou determinados aspectos dos registros contábeis, que incluem as operações dos planos de benefícios e o plano de gestão administrativa a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais modificações que geraram reflexos nas demonstrações contábeis da Entidade estão apresentadas a seguir:

a) Registro das Despesas Administrativas

As despesas administrativas para a gestão dos planos de benefícios estão contabilizadas de forma consolidada, não havendo mais a segregação entre despesa da Gestão Previdencial e de Investimentos.

b) Registro das Despesas Diretas dos Investimentos

As despesas diretas de investimentos foram contabilizadas como “Deduções/Variações Negativas” dos investimentos nos respectivos planos de benefícios. Dessa forma, houve a necessidade de abertura de novas rubricas no plano de contas no grupo do fluxo de investimentos, conforme listadas abaixo:

- Custódia e controladoria das carteiras de investimentos;
- Taxa de administração de investimentos na gestão terceirizada dos recursos;
- Tributos diretamente incidentes sobre os investimentos;
- Serviços de avaliação e reavaliação dos investimentos;
- Taxas condominiais, seguros e manutenção dos imóveis; e
- Gastos necessários para a recuperação dos investimentos.

As demonstrações contábeis do exercício 2020, foram ajustadas para fins de comparação, dessa forma, apesar das alterações na legislação a comparabilidade e uniformidade das informações aos usuários das demonstrações contábeis não foram prejudicadas.

4. **DISPONÍVEL**

Representam os recursos com alta liquidez na entidade e são representados pelos recursos em caixa, bancos e numerários em trânsito, a saber:

	31.12.2021	31.12.2020
DISPONÍVEL	424	239
IMEDIATO	381	200
BANCOS CONTA MOVIMENTO	381	200
Banco Brasil	41	-
Banco Itaú	18	1
Banco Santander	15	1
Caixa Econômica	52	9
Sicoob	255	189
VINCULADO	43	39
CREDJUR - COTAS	43	39

5. **REALIZÁVEL – GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa.

	31.12.2021	31.12.2020
GESTÃO ADMINISTRATIVA	104	13
CONTAS A RECEBER	10	11
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADOS	10	11
Adiantamento Férias	10	11
DESPESAS ANTECIPADAS	1	2
OUTROS REALIZÁVEIS - ADMINISTRATIVA	93	-
OUTROS REALIZÁVEIS (1)	93	-

(1) Valores a receber a título de PRÓ-LABORE (receita direta do plano administrativo/contratual com Cia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A).

6. **REALIZÁVEL – INVESTIMENTOS**

Os investimentos dos recursos garantidores do Plano administrado pela entidade seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais aplicáveis às EFPCs em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25 de maio de 2018, que regulamentam os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período, bem como a Política de Investimento aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

A composição da carteira de investimentos e o disponível, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era a seguinte.

		31.12.2021		31.12.2020
DISPONÍVEL	424	0,32%	239	0,19%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	130.665	99,68%	127.834	99,81%
RENTA FIXA	18.759	14,31%	16.714	13,05%
AÇÕES	16.147	12,32%	19.431	15,17%
MULTIMERCADO	95.673	72,98%	91.289	71,28%
INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	86	0,07%	400	0,31%

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade possuía em sua carteira 11 (onze) fundos de investimentos. Sendo 2 (dois) fundos multimercado exclusivos e 9 (nove) fundos abertos, nos segmentos renda fixa, renda variável e imobiliário.

No fechamento do exercício 2021 e 2020, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
INVESTIMENTOS	130.665	127.834
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	130.665	127.834
FUNDOS DE RENDA FIXA	18.759	16.714
TREK FUNDO DE INVEST RF CP IMOBILIÁRIO ¹	374	368
DELTA CRÉDITO PRIVADO FIC FIRF	62	139
ITAÚ SOBERANO RF SIMPLES FUNDO DE INVEST	12.024	16.207
ITAÚ IMA B	6.299	-
FUNDOS DE AÇÕES	16.147	19.431
MOAT CAPITAL FUND INVEST	-	6.076
SANTANDER FI IBOVESPA ATIVO INSTITUCIONAL	2.341	2.705
CONSTANCIA FUNDAMENTO FIA	4.934	5.226
BRASIL CAPITAL 30 INSTITUCIONAL FUNDO DE	4.363	5.424
FUNDO PACÍFICO AÇÕES FIC FIA	4.509	-
FUNDOS MULTIMERCADO	95.673	91.289
MONGERAL AEGON OABPREV GO FI MULT	45.849	43.249
VINCI OABPREVGOTO FIM	49.824	48.040
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII	86	400
SÃO FRANCISCO FII	86	400

6.1 Títulos Classificados como “Mantidos até o vencimento”

Em fechamento de 2020, dentre os ativos pertencentes a carteira de investimentos dos Fundos exclusivos, VINCI OABPREVGO/TO FIM e MONGERAL AEGON OABPREVGO FIM, existiam títulos públicos que foram marcados na curva, ou seja, com objetivo de serem mantidos até o vencimento, cujo valor do montante aplicado era de R\$ 6.978, ao qual representava 5,46% do patrimônio aplicado em Fundos de Investimentos da carteira da Entidade.

Em fechamento de 2021, dentre os ativos pertencentes a carteira de investimentos do Fundo exclusivo, MONGERAL AEGON OABPREVGO FIM, continha títulos públicos que foram marcados na curva, ou seja, com objetivo de serem mantidos até o vencimento, cujo valor do montante aplicado é de R\$ 7.451, ao qual representa 5,70% do patrimônio aplicado em Fundos de Investimentos da carteira da Entidade que por sua vez, possui capacidade financeira para manter até o vencimento.

Dentre os fundos abertos investidos e alocados em segmentos de renda fixa e renda variável, em contínuo monitoramento os fundos se conservam em matéria de liquidez e riscos admitidos na Política de Investimentos da Entidade, com exceção dos seguintes fundos:

6.2 Fundo DELTA CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS RENDA FIXA, CNPJ 24.612.944/0001-88.

Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, é um fundo de baixa liquidez, está fechado para resgate e possui provisões para perda de créditos de liquidação duvidosas efetuadas pela administração do próprio fundo. Durante o ano de 2020 para 2021 houve variação de rentabilidade negativa.

6.3 O fundo TREK FIRF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO, CNPJ:15.862.639/0001-53, administrado pela CM Capital Markets Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. É um fundo de baixa liquidez e foi afetado por provisões para perda de créditos de liquidação duvidosas efetuadas pela administração do próprio fundo. Durante o ano de 2020 para 2021 houve variação de rentabilidade negativa.

- a. Em 30 de junho de 2021, o Fundo possuía o montante de R\$ 1.470 investido em CCIs de emissão da Novo Progresso Empreendimentos Imobiliários Ltda., representativas de debêntures emitidas pela SPE Deltaville Participações S.A. ("CCIs Novo Progresso"), garantidas por alienação fiduciária da Fazenda Águia Azul, localizada em Luís Eduardo Magalhães-BA. As CCIs Novo Progresso foram emitidas com o objetivo de financiar a finalização das obras do empreendimento Residencial Delta Park, localizado em Eunápolis-BA. No ano de 2016 o Grupo Deltaville entrou em Recuperação Judicial, o que acabou ensejando o vencimento antecipado da operação.

Fonte: Demonstrações Contábeis

Demonstrações financeiras em 30 de junho de 2021 e 2020.

UHY BENDORAYTES & CIA

Auditores Independentes

CRC 2RJ 0081/O-8

6.4 Fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, CNPJ: 32.065.718/0001-52 - Vale destacar que a adesão ao **Fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, se deu em julho de 2020, através de uma amortização por movimento do Gestor (Trek Investimentos Ltda) em ativos (cotas) no valor de R\$ 401mil por estratégia do Gestor, a fim de que os cotistas do Fundo **TREK FIRF CRÉDITO PRIVADO IMOBILIÁRIO**, pudessem exercer a garantia da alienação fiduciária de debêntures vencidas.

Desta forma, a Entidade passou a ser cotista do fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, sem impacto financeiro, dado que a queda na cota do Fundo TREK FI RF CRED PRIV IMOBILIARIO foi compensada com o recebimento de mesmo valor de cotas do fundo SÃO FRANCISCO 34 FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO.

Em 31/12/2020, a posição financeira da Entidade como cotista no citado fundo era de R\$400 mil e em 31/12/2021 a posição financeira da Entidade como cotista era de R\$ 86 mil.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Registra o valor contábil de bens e direitos contabilizados pelo custo de aquisição, ajustado por depreciações (imobilizado) e amortização (intangível) de acordo com a natureza e tempo de vida útil dos itens que o compõem.

Em 31 de dezembro 2021 e 2020, o imobilizado possui a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	2.093	2.190
IMOBILIZADO	2.045	2.190
BENS MÓVEIS	145	174
Computadores	11	12
Custo	60	58
(-) Depreciação Acumulada	(49)	(46)
Sistemas Operacionais	-	2
Custo	8	8
(-) Depreciação Acumulada	(8)	(6)
Móveis e Utensílios	98	119
Custo	212	212
(-) Depreciação Acumulada	(114)	(93)
Máquinas e Equipamentos	36	42
Custo	77	75
(-) Depreciação Acumulada	(41)	(34)
BENS IMÓVEIS	1.900	1.950
Salas Comerciais	1.900	1.950
Custo	(2.007)	(2.007)
(-) Depreciação Acumulada	(107)	(57)
INTANGÍVEL	48	67
Desenvolvimento de Sistemas	48	67
Custo	93	93
(-) Amortização Acumulada	(45)	(26)

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

	31.12.2021	31.12.2020
GESTÃO PREVIDENCIAL	502	434
BENEFÍCIOS A PAGAR	1	18
RETENÇÕES A RECOLHER	171	109
VALORES A REPASSAR - RISCO TERCEIRIZADO	320	294
OUTRAS EXIGIBILIDADES	10	13

Benefícios a Pagar

Representam os recursos a pagar do plano de benefício relativos aos benefícios (aposentadorias e pensões) e resgates.

Retenções a Recolher

Representam valores de Imposto de Renta Retido na Fonte (IRRF) relativos aos benefícios e resgates concedidos no período e no mês subsequente serão recolhidos.

Valores a Repassar – Risco Terceirizado

Representam os recursos a pagar a seguradora MONGERAL referente as contribuições de risco.

9. **EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA**

Registram os compromissos a pagar assumidos pela OABPREVGO/TO relativos à gestão administrativa, conforme quadro abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020
GESTÃO ADMINISTRATIVA	181	176
CONTAS A PAGAR	173	167
SALÁRIOS E ENCARGOS	85	79
Líquido Salarial	20	17
FGTS	3	3
INSS	9	8
IRRFs/Salários	6	5
Provisão para Férias	47	47
FORNECEDORES	88	87
RETENÇÕES A RECOLHER	2	2
TRIBUTOS A RECOLHER¹	6	7

¹ Valores a recolher de PIS e COFINS.

10. **EXIGÍVEL CONTINGENCIAL**

A entidade não constituiu ou reverteu provisão com chance de perda provável no período. Essas provisões registrariam ocorrências de fatos que seriam objeto de decisões e que, provavelmente, iriam gerar desembolsos futuros.

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada, sendo obrigação legal aquela que deriva de contrato, legislação ou outra ação da Lei) como resultado de evento passado; (ii) seja provável a necessidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Os processos com probabilidade de perda possível, não registrados em balanço, representam o montante de R\$ 497 mil em dezembro de 2021 (R\$ 378 mil em 31 de dezembro de 2020) e envolvem discussões de natureza previdencial e trabalhista.

Natureza Previdencial

Considerando que a sentença reconheceu a ilegitimidade *ad causam* do FUNDO DE PENSÃO MULTIPATROCINADO DA ORDEM DOS ADVOGADOS, SECCIONAL DE GOIÁS, E DA CASAG – CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS ADVOGADOS DE GOIÁS e declarou EXTINTO o processo em relação a essa Entidade, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil e ainda, tendo em vista que, contra aquele ponto da decisão, não houve a interposição de recurso, operando, dessa forma, o trânsito em julgado, não há mais qualquer risco “possível”, tornando-se desnecessário tal registro.

Natureza Trabalhista

A Entidade é réu em Reclamatória Trabalhista sob o processo de número 0010239-09.2020.5.18.0011. Valor da causa (pedido) de R\$ 87 mil, sendo avaliado pelo corpo jurídico como perda possível.

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
PROVISÕES MATEMÁTICAS	129.107	125.787
BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	13.975	13.435
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	13.975	13.435
SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS - CONSTITUÍDO	13.975	13.435
BENEFÍCIOS A CONCEDER	115.132	112.352
CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	115.132	112.352
SALDO DE CONTAS - PARCELA CONSTITUÍDA PELOS PARTICIPANTES	106.160	102.839
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EFPC	5.963	5.972
SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES PORTADA DE EAPC	3.009	3.541

Os saldos das provisões matemáticas referentes a benefícios concedidos e benefícios a conceder apresentaram crescimento nominal de 2,64% no exercício de 2021 devido às contribuições recebidas (participantes e patrocinadoras) e à rentabilidade dos ativos investidos no período.

11.1 Provisões de benefícios concedidos

Correspondem ao valor atual dos benefícios futuros dos assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada (aposentadorias e pensões).

11.2 Provisões de benefícios a conceder

Para os benefícios na modalidade de contribuição definida, correspondem ao saldo de contas, parcelas participantes.

12. FUNDOS

12.1. Fundo Administrativo

O fundo administrativo é correspondente à diferença entre as receitas e as despesas administrativas, acrescidas do retorno dos investimentos, conforme disposto na demonstração do plano de Gestão Administrativa.

A OABPrevGO/TO apresentou fundo administrativo de R\$ 3.496 mil em 2021 (R\$ 3.880 mil em 2020), o que representou decréscimo de 9,90% em relação ao exercício anterior. A origem desta variação derivou das receitas administrativas, receitas diretas decorrentes do excedente repassado pela Cia Mongeral Aegon Seguros e Previdência S/A e resultado dos investimentos do plano administrativo.

13. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Ajustes e Eliminações)

Em atendimento ao disposto no § único, do artigo 27, da Instrução Normativa PREVIC nº 27, de 06 de agosto de 2020, e o item XIII, artigo 30, da Instrução Normativa PREVIC Nº 31, de 20 de agosto de 2020, as demonstrações contábeis devem ser apresentadas por plano de benefícios e consolidados. A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores a pagar e a receber entre os planos, "Participação do Fundo Administrativo nos planos previdenciais",

"Superávit e Déficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais" e "Participação no Plano de Gestão Administrativa".

31.12.2021

Descrição	Planos		Ajustes e Eliminações Documentos Auxiliares		Consolidado
	CD	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	410	14	-	-	424
Realizável	132.695	1.620	-	3.546	130.769
Gestão Previdencial	50	-	-	50	-
Gestão Administrativa	3.496	104	-	3.496	104
Investimentos	129.149	1.516	-	-	130.665
Imobilizado	-	2.093	-	-	2.093
Total do Ativo	133.105	3.727	-	3.546	133.286
Exigível Operacional	502	231	50	-	683
Gestão Previdencial	502	-	-	-	502
Gestão Administrativa	-	231	50	-	181
Investimentos	-	-	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-	-	-
Gestão Previdencial	-	-	-	-	-
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Patrimônio Social	132.603	3.496	3.496	-	132.603
Patrimônio de Cobertura	129.107	-	-	-	129.107
Fundos	3.496	3.496	3.496	-	3.496
Administrativos	3.496	3.496	3.496	-	3.496
Total do Passivo	133.105	3.727	3.546	-	133.286

31.12.2020

Descrição	Planos		Ajustes e Eliminações Documentos Auxiliares		Consolidado
	CD	PGA	Débito	Crédito	
Disponível	151	88	-	-	239
Realizável	129.949	1.778	-	3.880	127.847
Gestão Previdencial	-	-	-	-	-
Gestão Administrativa	3.880	13	-	3.880	13
Investimentos	126.069	1.765	-	-	127.834
Imobilizado	-	2.190	-	-	2.190
Total do Ativo	130.100	4.056	-	3.880	130.276
Exigível Operacional	433	176	-	-	609
Gestão Previdencial	433	-	-	-	433
Gestão Administrativa	-	176	-	-	176
Investimentos	-	-	-	-	-
Exigível Contingencial	-	-	-	-	-
Gestão Previdencial	-	-	-	-	-
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Patrimônio Social	129.667	3.880	3.880	-	129.667
Patrimônio de Cobertura	125.787	-	-	-	125.787
Fundos	3.880	3.880	3.880	-	3.880
Administrativos	3.880	3.880	3.880	-	3.880
Total do Passivo	130.100	4.056	3.880	-	130.276

14. POLÍTICA CONTÁBIL

Em atendimento ao § único, art. 4, Instrução Normativa nº 31, a Entidade aprovou a Política Contábil no dia 24 de fevereiro de 2022. A Política tem por objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade dos processos e procedimentos contábeis da Entidade, elaborada com princípios, convenções, regras e as práticas específicas aplicadas na apuração patrimonial, permitindo ainda sua comparabilidade ao longo do tempo e resultando em uma apresentação de qualidade das demonstrações contábeis, que representam na sua essência, a soma dos registros contábeis do plano de benefícios administrado pela EFPC, os quais são apurados com base nos respectivos movimentos mantidos pelos Participantes e Instituidores.

15. DE-PARA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A partir do advento do Anexo III, Instrução Normativa nº 31, a DMPS, DMAL e DPGA, em comparação as Demonstrações Contábeis aprovadas no exercício de 2020, sofreram alterações na alocação das contas contábeis correspondentes aos respectivos campos. Vale destacar que a realocação das contas contábeis não alterou o resultado. Abaixo está demonstrado o DE-PARA e os respectivos efeitos, a saber:

15.1. DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

	31/12/2020	
	DE	PARA
A) Patrimônio Social - início do exercício	122.882	122.882
1. Adições	22.414	32.550
(+) Contribuições Previdenciais	16.760	16.037
(+) Portabilidade	-	723
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.348	13.313
(+) Receitas Administrativas	2.255	2.255
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	51	222
2. Destinações	(15.629)	(25.765)
(-) Benefícios	(13.595)	(2.389)
(-) Portabilidade / Resgates	-	(7.712)
(-) Outras Destinações	-	(3.494)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(9.965)
(-) Despesas Administrativas	(2.034)	(2.034)
(-) Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	-	(171)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1-2)	6.785	6.785
(+/-) Provisões Matemáticas	6.513	6.513
(+/-) Fundos Administrativos	272	272
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	129.667	129.667

15.2. DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL)

	31/12/2020	
	DE	PARA
A) Ativo Líquido - início do exercício	119.273	119.273
1. Adições	20.114	20.114
(+) Contribuições	16.766	16.043
(+) Portabilidade	-	723
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.348	3.348
2. Destinações	(13.600)	(13.600)
(-) Benefícios	(13.594)	(2.388)
(-) Portabilidade / Resgates	-	(7.712)
(-) Custeio Administrativo	(6)	(6)
(-) Outras Destinações	-	(3.494)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	6.514	6.514
(+/-) Provisões Matemáticas	6.514	6.514
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	125.787	125.787
C) Fundos não previdenciais	3.880	3.880
(+/-) Fundos Administrativos	3.880	3.880

15.3. DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA)

	31/12/2020	
	DE	PARA
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.608	3.608
1. Custeio da Gestão Administrativa	2.306	2.477
1.1. Receitas	2.306	2.477
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	6	6
Custeio Administrativo dos Investimentos	288	288
Receitas Diretas	1.962	1.962
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	51	221
2. Despesas Administrativas	(2.034)	(2.034)
2.1. Administração dos Planos Previdenciais	(1.966)	(2.034)
Pessoal e Encargos	(509)	(509)
Treinamentos/Congressos e Seminários	(5)	(5)
Viagens e Estadias	(16)	(16)
Serviços de Terceiros	(557)	(625)
Despesas Gerais	(650)	(650)
Depreciações e Amortizações	(103)	(103)
Tributos	(126)	(126)
2.2. Administração dos Investimentos	(68)	-
Serviços de Terceiros	(68)	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	(171)
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	272	272
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	272	272
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.880	3.880

16. EFEITO DO CORONAVÍRUS NA ENTIDADE

As tensões observadas em todos os segmentos da economia, decorrentes dos desdobramentos proporcionados pela pandemia do novo coronavírus, continuaram presentes e até então assustavam bastante os mercados. No Brasil, o ano de 2021 iniciava-se com a incerteza política em relação a eleição das presidências da Câmara e do Senado, ritmo lento da vacinação que gerava dúvidas quanto à retomada da atividade econômica aumentando a cada dia a percepção de risco do país e desta maneira, impactando negativamente os mercados de câmbio, bolsa e juros.

No começo do segundo trimestre, apesar da notícia favorável de aprovação do orçamento, e assim, maior alívio na cena fiscal, a abertura da CPI da Covid que investiga ações e omissões do Governo na pandemia adicionou nova variável de risco ao mercado. Esta preocupação foi sendo rompida por notícias favoráveis do exterior em relação à reabertura da economia, associado à ampliação do ritmo da vacinação, à maior confiança pela aprovação das Reformas Administrativa e Tributárias.

No entanto, o semestre encerra com a crise política entre os poderes, alta da taxa básica de juro, desemprego elevado, queda da popularidade do Governo e cenário externo instável com surgimento de novas variantes. As expectativas de inflação permanecem elevadas, tendo o Banco Central sinalizado tendência de continuidade do processo de alta da taxa de juros, porém permanecendo a confiança na recuperação da atividade.

17. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES

Ao longo do exercício de 2021, não houve remuneração aos Conselheiros e/ou Diretoria Executiva.

Marcia Queiroz Nascimento

Diretora Presidente
CPF 394.484.441-68
ICSS ADM EA01429
ICSS Investimentos EI08125

Tabajara Francisco Pova Neto

Diretor de Benefícios Previdenciários
CPF 624.403.221-72
ICSS ADM EA08719

Cleire Busto Guimarães dos Santos

Contadora
CPF 099.042.802-82
CRC/SC – 020.670/O-2